

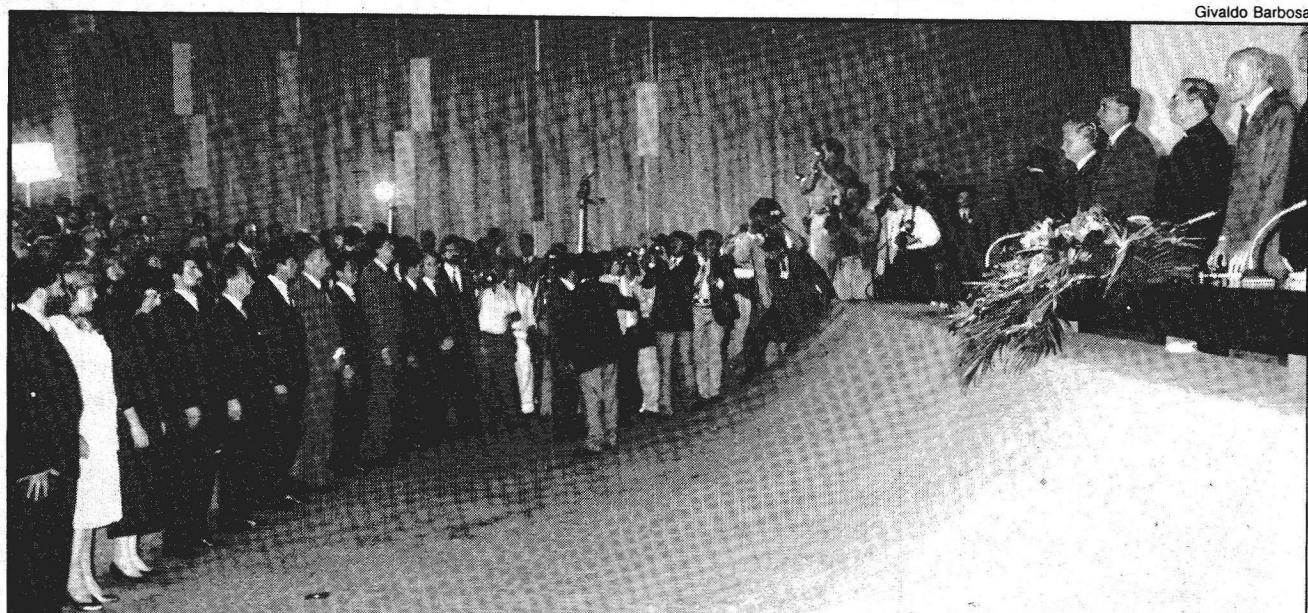
# A recuperação dos direitos políticos

Com eleições para Governador e deputados distritais, Brasília deixou de ser “cidade cassada”

**B**rasília, ao completar 32 anos de idade, não é mais a “cidade cassada” a que se referiu o então candidato a Presidência da República, Tancredo Neves. A autonomia política do Distrito Federal passou a existir com as posses do primeiro governador eleito, Joaquim Roriz, e dos primeiros 24 deputados distritais, a 1º de janeiro de 1991. A autonomia política foi conquistada por lideranças locais e começou a se consolidar com a eleição dos primeiros oito deputados federais e três senadores, em 1986.

Com a instalação da Câmara Legislativa e a posse dos deputados distritais, a população do DF ganhou uma representação mais próxima, que faz o papel de Assembleia Estadual e ao mesmo tempo de Câmara Municipal. Segundo o presidente da Câmara Legislativa, Salviano Guimarães (PDT), de janeiro do ano passado até agora a Câmara se consolidou, passando a ser de fato “um escoadouro natural dos anseios da população”. Salviano não tem dúvidas que a Câmara já é um “ponto de referência para todas as questões de interesse social”.

A líder do PTR, deputada Rose Mary Miranda, acredita que a Câmara está cumprindo a sua tarefa de representar a sociedade do DF. “A população de Brasília já sabe onde reivindicar e onde encontrar os seus representantes”, frisou a distrital. Ela lembra que antes da existência da Câmara havia a Comissão do DF no Senado Federal. “Eram parlamentares que tinham boa vontade, mas que sequer conheciam todas as cidades-satélites”, disse ela, acrescen-



*A posse dos deputados distritais significou a emancipação política do DF*

tando que agora a Câmara está elaborando a Lei Orgânica do DF, que será na prática a Constituição de Brasília.

O presidente da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica, Maurílio Silva (PTR), destaca que a autonomia política do DF é fundamental. “Brasília não se comporta mais como aquela região projetada para menos de 1 milhão de habitantes, pois os problemas sociais aqui existentes são praticamente os mesmos dos grandes centros urbanos quanto à questão de moradia, transporte e educação”, disse ele. Segundo o deputado, a autonomia política conquistada pela população do DF está viabilizando as soluções desses problemas.

Para o deputado Cláudio Monteiro, lí-

der do PDT, a Câmara Legislativa conseguiu transformar a autonomia política prevista na Constituição em algo concreto. “É certo que ainda temos muito por aprender, mas estamos representando a população e refletindo os seus desejos e anseios”, afirmou Monteiro. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) lembra que a autonomia política do DF foi “conquistada a duras penas”. Segundo ela, a autonomia total se dará quando a população do DF puder escolher os seus administradores regionais. Ela ressalva, contudo, que é contra a municipalização do DF.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e um dos relatores da Lei Orgânica, Peniel Pacheco (PST),

acredita que os deputados já assimilaram muitas lições quanto ao processo legislativo e estão preparados para que haja uma maior dinâmica nas atividades-fim da Câmara. “A representatividade política está fazendo com que os problemas da cidade sejam tratados da maneira como a cidade pensa de si mesma e não mais com alguém pensando por ela”, enfatizou Peniel.

Já o líder do PT, Wasny de Roure, entende que a Câmara conseguiu identificar os projetos relevantes e prioritários de Brasília. “Os deputados conseguiram mapear as prioridades, sobretudo as que identificam as relações do Legislativo diante das demandas da própria sociedade”, sustenta Wasny.

## Relação harmoniosa entre poderes

O Poder Executivo do Distrito Federal tem procurado manter em relação à Câmara Legislativa a harmonia e a independência, propósito de todo o governo democrático. A opinião é do secretário de Governo, Carlos Sant’Anna, com vasta experiência no Legislativo nacional. “Considero que até agora, o relacionamento tem sido muito positivo”, afirma Sant’Anna, responsável pela tarefa de realizar este intercâmbio entre o Executivo e os deputados distritais. O crescimento da bancada governista na Câmara é visto pelo secretário “como um pressuposto básico do regime democrático”.

Sobre o relacionamento entre os dois poderes, o secretário cita o fato de que alguns projetos da maior importância para o governo — como a reforma administrativa e o do transporte coletivo — foram enviados tendo antes uma ampla discussão

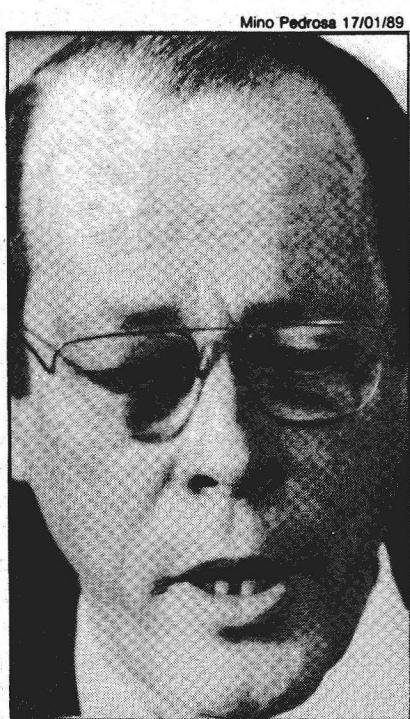
das questões que eles envolviam. “Chamamos, para discutir, os integrantes das bancadas dos partidos que apóiam o governo e até mesmo alguns deputados que, pela sua independência, são capazes de uma avaliação crítica, tendo em vista os interesses de Brasília”, afirmou. Da mesma maneira, Sant’Anna observa, o governo tem procurado atender aos seus deputados e à Câmara.

### Discrição

“Com essa atitude, o GDF busca a harmonia e a independência, sem considerar a filiação partidária dos deputados autores dos projetos de lei que tramitam na Câmara Legislativa”, disse. O secretário de Governo observa que o GDF tem acompanhado “com a maior descrição” o trabalho relativo à elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, “mas, evidentemente, com o maior

### Maioria

“No regime democrático há governo e oposição. O governo pressupõe maioria e oposição minoria. Até porque o governo e a oposição resultaram de eleições e ganha quem tem a maioria”, afirma. Para ele, é um contra-senso imaginar um governo sem a maioria, por isso o secretário acha normal um maior número de deputados distritais em acordo com o GDF.



*Sant’Anna destaca popularidade*